



ST3. SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE O CASO DO BRASIL NO PERÍODO (1950-2010)

116

**CRISES E INFLAÇÃO NAS DÉCADAS DE SETENTA E OITENTA:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA
UTILIZANDO FONTES LITERÁRIAS**

Samara Glícia Alves de Souza Oliveira¹

Kétura de Souza Lins²

Alynne Sylvana da Rocha Alves de Freitas Nascimento³

Glaudionor Gomes Barbosa⁴

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo retratar a inflação brasileira através do uso das crônicas sociais escritas nas décadas de 1970 e 1980. Este período da história econômica nacional comporta problemas como as crises dos anos setenta, a severa crise do início dos anos oitenta (1981-1983), no decorrer da segunda metade da década de oitenta, uma inflação crescente e descontrolada, o desabastecimento, a desvalorização salarial, os congelamentos de preços, a imagem do caminhão da COBAL na cidade do interior. Retratos de um período onde a urgência, o medo e a desinformação tornaram-se comuns na sociedade. Justifica tal empreendimento a importância do estudo de uma época conturbada na economia brasileira, na qual existiu uma grande diversidade de políticas econômicas frustradas na maioria das vezes pela imprevisibilidade da população. O uso da literatura na sua forma de crônica servirá de espelho das expectativas, necessidades e pensamento da sociedade brasileira.

Palavras-chave: História do Brasil. Política Econômica. Inflação. Literatura.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 comportaram diversos planos econômicos, principalmente relacionados às tentativas de controle da inflação e aumento no crescimento econômico. Este período da história econômica brasileira retrata problemas observados e vividos pela população, tais como a inflação crescente e descontrolada, o desabastecimento, a desvalorização salarial, os congelamentos de

¹ Discente de Filosofia/FAFICA-samara_glicia_oliveira@hotmail.com

² Discente de Ciências Econômicas/CAA/UFPE-keturaketura@hotmail.com

³ Discente de Ciências Econômicas/CAA/UFPE- alynnesilvana90@hotmail.com

⁴ Doutor-Professor de História Econômica/CAA/UFPE-glaudionor.barbosa@gmail.com

preços, a imagem do caminhão da COBAL⁵ na cidade do interior. Retratos de um período onde a urgência, o medo e a desinformação tornaram-se comuns na sociedade, onde também incorporou-se nas ruas os jargões e conceitos econômicos.

A inflação descontrolada, os inúmeros planos frustrados postos em prática pelo governo, a renda da população se diluindo dia a dia, uma incerteza crescente, tornou a população brasileira um povo cético com relação a seus governantes conseguirem melhorar a sua qualidade de vida. Os economistas passaram a ser vistos como incapazes de tomar decisões acertadas com relação ao controle da inflação e desenvolvimento nacional e tornaram-se motivo de chacota popular.

A população tomava atitudes diversas daquelas almejadas pelos conjetores dos planos econômicos, frustrando os seus resultados muitas vezes por desconhecimento das relações da sociedade com a economia ou por empregar fórmulas estrangeiras no contexto nacional. Desta forma o Brasil se tornou o país das urgências: se fazia urgente gastar o salário antes do mesmo perder o seu valor, se fazia urgente manter o seu emprego frente às inúmeras demissões, se fazia urgente fugir do ágio⁶, se fazia urgente conseguir uma tabela de preços. Foi uma era de medo e urgência.

O estudo da sociedade traz consigo explicações do por que das reações populares irem de encontro com o esperado. Dentro da literatura, da música e da arte em geral de um povo, pode-se verificar o pensamento, as expectativas e as necessidades deste povo, podendo através do estudo destes aspectos ter uma noção mais aproximada das reações da população de uma determinada região, para desta forma tomar decisões mais acertadas sobre quais políticas econômicas teriam um impacto mais favorável na sociedade escolhida.

Para se construir conhecimento científico se faz necessário seguir alguns preceitos básicos, a fim de garantir certa credibilidade e respeitabilidade ao resultado auferido. A partir do método utilizado é possível dizer se estamos construindo

⁵“Empresa federal vinculada ao Ministério da Agricultura, criada em 1962 com o objetivo de assegurar o abastecimento de gêneros alimentícios em todo o país. Atua como reguladora do mercado, evitando a excessiva especulação, e atende diretamente áreas não cobertas devidamente pelo setor privado. Em 1972, a Cobal assumiu a direção do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (Sinac), com participação societária no capital das Centrais de Abastecimento (Ceasas), vinculadas ao sistema. A função do Sinac é organizar a produção e intermediação de produtos de origem hortifrutigranjeira, vendendo-os ao comerciante varejista por melhores preços. Em 1979, a Cobal instalou a Rede Somar de Abastecimento para gêneros de primeira necessidade. A rede formou-se por meio de convênios com varejistas independentes instalados em áreas de baixa renda, tornando-se a maior rede varejista do país. A Cobal compra grandes quantidades de gêneros e os distribui a esses varejistas, objetivando a redução de preços para o consumidor. Mantém ainda postos de venda nas chamadas “áreas de alto risco”, como as frentes de trabalho nas regiões de seca, nos garimpos, nas povoações ribeirinhas da Amazônia e na periferia das grandes cidades. Os preços da Somar só são subsidiados em casos excepcionais em áreas consideradas muito pobres, onde o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) financia produtos básicos. Além dos supermercados da Rede Somar, dos supermercados Cobal e dos postos de venda, a empresa possui mercados volantes para abastecimento pelas estradas e mercados flutuantes para as hidrovias amazônicas” (SANDRONI, 1999).

⁶ “O ágio pode surgir também quando o preço oficial de um produto (ou preço de tabela) está fixado num nível muito baixo e sua compra só se concretiza se o interessado estiver disposto a pagar mais por essa transação. A diferença entre o preço oficial e o que o comprador realmente paga é considerada o ágio daquela transação. Esse tipo de fenômeno ocorre quando há tabelamento ou congelamento de preços, como aconteceu durante os planos econômicos de estabilização no Brasil durante os anos 80 — especialmente em ocasião do Plano Cruzado, em 1986 — e no início dos anos 90 com o Plano Collor” (SANDRONI, 1999).

conhecimento científico, pois a metodologia é o que caracteriza as diversas formas de manifestações da ciência. Isto quer dizer, de imediato, que o conhecimento produzido a partir de determinadas regras, ou métodos, se diferencia daquele construído sem o uso das mesmas. Alguns autores afirmam que este conhecimento sem qualquer baliza técnico-metodológica pode ser entendido como um resultado vulgar, uma vez que se pode chegar a uma conclusão certa pelo procedimento errado por uma questão de probabilidade, assim não sendo possível realmente entender o fenômeno supostamente estudado. Entende-se, portanto, que é importante a demonstração da metodologia utilizada durante a investigação científica para eliminar a subjetividade que pode influenciar a pesquisa, diferenciando-se do conhecimento dogmático, e tornando o resultado o mais objetivo possível para que se possa compreender como e porque acontece determinado evento, de onde se origina e ainda fazer previsões sobre seu desenvolvimento.

A metodologia utilizada para a consecução deste trabalho será de caráter exploratório e qualitativo, realizar-se-á ainda nesta introdução um levantamento bibliográfico dos autores que utilizaram a mesma ferramenta textual para a realização de trabalhos nas áreas da ciência econômica, a saber, o uso da literatura. Conjuntamente, discutir-se-á a utilização de crônica como método historiográfico na economia. No corpo do trabalho, através de uma revisão bibliográfica, tracejar-se-á a imagem da inflação brasileira nas décadas de 1970 e 1980 na literatura nacional.

Alguns autores já adentraram nos textos literários, tanto para utilizá-los como ferramenta complementar a suas teorias, como para objeto de estudo. O presente trabalho através dos escritos destes últimos e com o apoio de uma discussão metodológica, demonstrará a possibilidade da utilização da literatura no estudo das ciências econômicas.

Entre alguns dos autores mencionados no parágrafo anterior, Henry W. Farnam (1853-1933), economista americano, pode ser considerado um dos pioneiros nesta forma de escrever sobre economia. Professor de Economia Política na Universidade de Yale, filho do magnata de ferrovias Henry Farnam, o mesmo foi presidente da associação americana de economia e escreveu entre outros ensaios: *The Economic Utilization of History and Other Economic Studies* (1913). Em “A Economia em Shakespeare” (1931), Farnam analisa o princípio do capitalismo e o início da economia como ciência através das peças de Shakespeare, demonstrando que muitos conceitos econômicos estavam presentes em suas obras. Há no referido texto inúmeras passagens da obra de Shakespeare, seguidas por textos explicativos de como e onde os conceitos econômicos se entrelaçam com a supracitada obra. O texto de Farnam demonstra como a economia adentra todos os aspectos sociais, sem, contudo, enveredar pelo caminho do economicismo.

Outro ensaio sobre o mesmo assunto, mas com viés diferenciado, é de autoria de Gustavo Franco, professor no Departamento de Economia da PUC-Rio desde 1986. O mesmo foi diretor e presidente do Banco Central do Brasil, entre 1993 e 1999, é sócio fundador da Rio Bravo Investimentos e tem vários livros publicados, entre eles: *Crônicas da convergência*, *O desafio brasileiro*, *As Leis Secretas da Economia e O Plano Real*. “*Shakespeare e a Economia*” é o terceiro livro de Gustavo Franco

abordando a economia em textos de literatos, aborda a economia do teatro, a linguagem, as companhias teatrais, sua organização e seus resultados financeiros, demonstra como Shakespeare era dono de uma fortuna considerável e o seu empreendedorismo. Com trechos da obra de Shakespeare inseridos no seu interior, misturando a literatura mundial e a ciência econômica de forma clara e simples.

O primeiro texto de Franco a mesclar o estudo da economia e a literatura foi: “A economia em Pessoa - Verbetes contemporâneos e ensaios empresariais do poeta” onde o mesmo reúne e comenta ensaios de economia e administração do poeta Fernando Pessoa; em cada capítulo, Franco relaciona os textos com temas contemporâneos, tais como globalização, *marketing*, *e-mail*, *blog*, entre outros. Em “A economia em Machado de Assis - O olhar oblíquo do acionista”, Franco reuniu texto de Machado de Assis que tratam das transformações na economia brasileira com o fim da monarquia e o início da República.

Desta forma pode-se notar que o uso da literatura nos estudos econômicos pode ser balizado através do seu uso anterior por autores diversos. No entanto uma das discussões a ser travada é com relação ao uso da crônica para retrato da economia. Este estilo literário foi escolhido, pois, percebeu-se que para retratar a sociedade através da literatura um dos melhores recursos são as crônicas.

A crônica é um ramo da literatura que incorpora uma narrativa histórica, expondo os fatos e segue uma ordem cronológica. A palavra crônica deriva do grego *chronos* que significa tempo. Nos jornais e revistas, a crônica é uma narração curta escrita pelo mesmo autor e publicada em uma seção habitual do periódico, na qual são relatados fatos do cotidiano. Os cronistas procuram descrever os eventos relatados nas crônicas de acordo com a sua própria visão crítica dos fatos, muitas vezes através de frases dirigidas ao leitor, como se estivesse estabelecendo um diálogo. Portanto, para a consecução do projeto em questão, dentro da literatura, a crônica torna-se a opção mais viável, pois retrata de forma clara e sucinta o pensamento de uma população.

Por abranger diversos conteúdos, especialmente dos setores político, econômico e sociocultural, e por atingir diferentes classes sociais, os periódicos desempenham um importante papel na sociedade, pois são um reflexo da mesma, ao mesmo tempo em que servem como registro histórico dos momentos vivenciados por ela, informando e até mesmo influenciando as constantes modificações, mantendo certa função intermediária entre o povo e outras esferas do poder. Por essa ligação direta com a História e a sociedade, os jornais e revistas provam que são uma importante fonte de pesquisa para desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, pois permitem ao pesquisador identificar e estudar mais detalhadamente certos acontecimentos e como estes afetam a população.

MILAGRE E CRISES: A DÉCADA DE 1970 BRASILEIRA.

No início dos anos de 1960, o Brasil enfrentava problemas econômicos consequentes principalmente da política econômica do governo de Juscelino Kubistchek, que, ao tentar contribuir para o desenvolvimento industrial brasileiro com o Plano de Metas, afogou o país em dívidas e inflação crescente.

Mas, com a intervenção militar de 1964, o país vivenciou um período de grande desenvolvimento econômico que ficou conhecido como Milagre Econômico ou Milagre Brasileiro, sob o governo de Médici, caracterizado principalmente pelo aumento do PIB e da exportação, baixa inflação, crescimento do setor de construção civil e investimento estatal nos setores básicos, tais como comunicação, energia e transporte.

O crescimento econômico passou a ser o principal objetivo do Governo, enquanto outras preocupações, como a consequente concentração de renda, arrocho salarial e o acúmulo da dívida externa, ficaram em segundo plano. O então Ministro da Fazenda, Delfim Netto, entendia que era preciso “primeiro crescer, para depois dividir” (TAVARES, 1976).

Diversos fatores contribuíram para tal fenômeno, sendo alguns destes um momento favorável da economia externa (juros baixos e expansão do comércio internacional) e as reformas fiscais e tributárias realizadas pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) no governo antecessor (Castello Branco, 1964-67).

Os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em sua maioria árabes, responsáveis por 80% da produção mundial de petróleo na época, resolveram impor um embargo aos países da Europa e Estados Unidos, devido ao apoio concedido por esses países ao Estado de Israel durante os recentes conflitos (Guerra dos Seis Dias, Guerra do Yom Kippur) no ano de 1973. Isso fez com que o preço do produto aumentasse absurdamente (VIZENTINI, 2003).

A crise interrompeu o Milagre Econômico brasileiro, uma vez que o país tinha uma dependência externa muito forte, tornando-se assim vulnerável a qualquer transtorno, principalmente em relação ao petróleo, sua principal fonte energética, o qual importava cerca de 80% do que consumia.

Durante o governo de Geisel (1974-1979), foi implantado o II PDN (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), que, para contornar a crise, tomou algumas medidas como o investimento na diversificação das fontes energéticas (construção da usina nuclear em Angra dos Reis e da hidrelétrica de Itaipu), visando tornar, em longo prazo, a economia nacional mais independente.

Outra necessidade era diminuir a importação e aumentar a exportação, para isso o governo concedeu crédito às empresas nacionais para incentivar a exportação de manufaturados e criou uma política de substituição de importação (importando material do setor industrial, como máquinas e outros tipos de tecnologia, e reduzindo importação em outros setores). O II PDN (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) também incentivou a substituição da gasolina pelo álcool (Proálcool, 1975) e o uso de transportes coletivos para diminuir o consumo do petróleo.

Mas para realizar esses feitos era necessário manter no ritmo a importação do petróleo, o que fez com que o Brasil recorresse mais uma vez a financiamento estrangeiro. Com isso, em 1975, a economia brasileira parecia superar lentamente a crise.

Porém a Revolução Iraniana de 1979 provocou a chamada Segunda Crise do Petróleo, pois os conflitos internos e a desordem na fase de transição política afetaram a produção de petróleo do Irã, o que fez com que o preço subisse novamente. Por conta disso, o banco federal dos Estados Unidos aumentou os juros, o que piorou o problema

da dívida externa brasileira. A derrubada do Xá do Irã em 1979 foi a maior das revoluções da década de 1970, Reza Pahlevi tentou implementar um programa-relâmpago de modernização e industrialização do país, apoiado pelos Estados Unidos, em virtude da riqueza petrolífera do Irã. Porém, “o Xá dependia cada vez mais de uma industrialização financiada pelo petróleo a qual, incapaz de competir no mundo, era promovida e protegida internamente” (HOBBSAWM, 2006).

No Brasil a inflação crescia, mas o governo não podia repassar os custos direto para o preço doméstico, resolvendo então fazer uma transição gradual, até mesmo por causa da instabilidade do preço, que podia subir ou descer a qualquer momento. O desemprego era outra grande preocupação, por isso o governo criou o SINE (Sistema Nacional de Emprego), que, dentre outras funções, procurava gerar emprego e qualificar profissionais, mas não conseguiu obter muito sucesso. O povo brasileiro sofria com o desemprego, baixo salário e escassez de bens, enquanto o governo enfrentava o caos econômico e o descontentamento da população.

A DÉCADA DE 1980: INFLAÇÃO X POPULAÇÃO

Os anos de 1980 iniciaram-se trazendo consigo a ressaca do segundo choque do petróleo, e uma desilusão profunda e ainda muito recente na alma da sociedade brasileira. Sociedade esta que tinha vivido plenamente o milagre brasileiro e sonhado com um país forte economicamente, tanto internamente como no cenário internacional e que viu desmoronar os seus sonhos e a volta do jargão: “Brasil país do futuro”, pois o presente do país já demonstrava o caos econômico.

Quando Figueiredo (1979-1985) assumiu o governo do país, trouxe Delfim Netto mais uma vez como ministro, desta vez, da Agricultura. Visando retomar o “Milagre”, Delfim Netto tomou medidas como a desvalorização da moeda (maxidesvalorização de 30%, em 1983) para favorecer a exportação, corte de gastos e redução do salário e nas importações. Nessa época a inflação atingiu aumentou de 110%. O Brasil, não podendo pagar as dívidas, decretou estado de moratória e em 1982 teve que recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

Com todos os problemas sociais e econômicos que assolavam o Brasil - desemprego, inflação em alta, salários desvalorizados, alto índice de analfabetismo, entre outros – a sociedade brasileira torna o sonho do advento da democracia mais vivo e mais urgente. A democracia parecia ser a solução para os problemas nacionais. Foi nesse contexto que se deu a transição do regime militar para o governo democrático e essa transição encheu mais uma vez a alma brasileira de esperança em um país mais forte e mais justo econômica e socialmente e mais uma vez viu esta esperança se desvanecer em planos econômicos frustrados, como pode-se notar na crônica de Novaes⁷ sobre a inflação:

⁷ Carlos Eduardo de Agostini Novaes nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1940. Romancista, dramaturgo, contista e, durante anos cronista no Jornal do Brasil, em 1958 mudou-se para Salvador, onde permaneceu por dez anos. Estudou Direito na Universidade Federal da Bahia. De volta ao Rio de Janeiro, em 1969, inicia a atividade de cronista no jornal Última Hora. Em 1972, trabalha no Jornal do Brasil - JB,

i O veneno da inflação⁸

“Quando instalou-se a Nova Republica pensei: 'Oba! Teremos novas desculpas! ' Mas não: elas continuam sendo repetidas, como um disco quebrado, pelos personagens da Republica do Jerimum (...) Na verdade nossos economistas alopatas não sabem como curar o país. Passam-me a impressão que conhecem tanto da inflação como nós, pobre mortais, das luas de Urano (...) Se ao menos pudéssemos vê-la! Mesmo que tivesse o jeitão do monstro do Lago Ness. Alguns estudiosos afirmam que não vemos a inflação porque, como os vampiros, ela só ataca a noite (...) O governo poderia convidar o dono de alguma tendinha na favela – pode ser a do Juramento. Quem sabe não tem uma formula – uma 'simpatia' que seja – para curar a inflação (...)”⁹

Nesta crônica, pode-se perceber não apenas a desilusão com a nova forma de governo, a Nova Republica, mas também, o desapontamento e desconfiança em relação aos formadores de políticas econômicas, os economistas, demonstrando que já a partir deste momento não seria fácil conseguir a adesão da população em torno de novas propostas para conter a inflação ou obter um crescimento econômico significativo.

Dado ao fracasso dos planos econômicos adotados até o momento, a partir de 1986, o Governo Sarney colocou em pratica um plano econômico diferenciado dos anteriores no combate à inflação, estreitamente ligado no conceito da inflação inercial, o programa tido como heterodoxo visava controlar a inflação através da desindexação da economia, por meio de políticas de renda apoiadas no congelamento dos preços (LOPES, 1992).

Inspirado nas experiências da Argentina - Plano Austral - e de Israel, o novo Plano determinou a substituição do Cruzeiro por uma nova moeda - o Cruzado - que valia mil vezes mais e congelou os preços, conjuntamente estabeleceu o plano de reajuste salarial e o congelamento das taxas de câmbio, era o “Plano Cruzado”.

ii O banco dos cruzados¹⁰

“Por nada desse mundo eu perderia a primeira segunda-feira do cruzado nos bancos (...) Uma mulher de jogging e tênis, arrastando um cachorrinho, comentava radiante: - Parece um sonho! Uma geladeira vai custar o mesmo preço hoje e daqui a seis meses! Enfim vou poder fazer um orçamento doméstico! (...) Uma senhora gorda, há meia hora sem sair do lugar, gritou para que todo o banco ouvisse: - Isso aqui não anda. Será que o governo congelou as filas também? (...) 'Isso não vai durar seis meses: o Governo fez uma magia; é impossível parar de repente uma inflação que vem a uma velocidade de 250% ao ano!' (...) - Qual delas a senhora quer? - e foi puxando a tabela de preços em vigor, a tabela de conversão, a tabela de atualização dos alugueis, a tabela do calculo de salários”¹¹.

O princípio do Plano Cruzado foi um sucesso, embora houvesse muita desorganização nos bancos, falta de informação para a população, tudo transcorria da

criando prognósticos bem-humorados para a Loteria Esportiva e passando depois a cronista. Assim nasce seu primeiro livro, "O Caos Nosso de Cada Dia", uma reunião de crônicas escritas para o JB, publicado em 1974. O trabalho nesse jornal se estende por 13 anos e dá origem à maior parte de seus livros.

⁸ Título da crônica, in: NOVAES, C. E. O cruzado de direita. Rio de Janeiro: Nordica, 1987.

⁹ NOVAES, 1987.

¹⁰ Título da crônica, in: NOVAES, C. E. O cruzado de direita. Rio de Janeiro: Nordica, 1987.

¹¹ NOVAES, 1987.

melhor forma possível. O congelamento de preços mantinha estável a inflação, a população aprendeu a utilizar as tabelas de atualização de preços para todas as ações econômicas do seu dia a dia e servia também de fiscal junto aos comerciantes que tentassem burlar a ordem governamental de manutenção dos preços, mas, o povo ainda se encontrava desconfiado e avesso aos planos do governo, como nota-se na crônica a seguir:

iii Um país de mal-agradecidos¹²

“Invadiu-me uma profunda maria conceição. Quer dizer que aconteceu mesmo? Uma lagrima rolou do meu olho esquerdo (o direito estar com o canal lacrimal entupido). Tornei a ler a noticia mais uma vez, duas, três vezes, olhos embaçados: 'em março tivemos uma deflação de 1,7%'. Enfiei a cara no jornal e soluzei, emocionado (...) O Brasil é, nesse momento, o único país no mundo a experimentar uma deflação. Sim, mas isso provoca um imenso sentimento de solidão (...) Você sai de manhã, volta a noite e sua grana está ali, inteirinha, valendo a mesma coisa (...) Pensei até que o Sarney fosse decretar feriado nacional. Afinal, um fato como esse não ocorre entre nós desde que Cabral aportou com suas caravelas”¹³.

Embora o Plano Cruzado houvesse conseguido debelar a inflação, ao menos que momentaneamente, a população não se sentia a vontade e nem compelida a comemorar este fato. Existia na sociedade uma desconfiança, confirmada posteriormente, que tudo tinha acontecido de forma muito rápida e um pouco indolor e que em termos de economia não existia milagres. Com a inflação controlada, proporcionando à população um ganho real do poder de compra, mesmo não havendo euforia por parte da sociedade houve uma explosão no consumo interno tornando cada vez mais insustentável o congelamento de preços e provocando o desabastecimento de muitos produtos.

Como era esperado por muitos o Plano Cruzado não obteve sucesso, a inflação mostrou-se novamente descontrolada, o congelamento de preços causou um desequilíbrio no mercado resultando em desabastecimento e ágio para compra dos produtos escassos. Desta forma o Plano Cruzado se esgotou no início de 1987.

iv O dia em que faltou papel higiênico¹⁴

“Estamos em janeiro de 87 mas existe no ar qualquer coisa de Alemanha, 1944. Vivemos uma economia de guerra. Falta tudo: da pasta de dentes ao carro de luxo. Aparentemente só sobra dinheiro. Ontem, num supermercado, uma senhora, na falta do que comprar, levou uma prateleira (...) Há meses o papel higiênico despereceu do mercado (...) Ainda demorou umas duas semanas até o Governo admitir que o país vivia uma crise de papel higiênico (a pior da sua História). A população começou a se inquietar. De repente, o papel higiênico, algo que tratamos com a mais absoluta indiferença, tornou-se mais importante que tudo (...) Todos os brasileiros parecem ter pensado a um só tempo no lenço de papel. Resultado: acabou o lenço e começou a corrida ao guardanapo de papel (...) Vários doleiros mantinham suas casas de cambio só como fachada para poderem vender papel higiênico no black (...) até os traficantes de droga

¹² Título da crônica, in: NOVAES, C. E. O cruzado de direita. Rio de Janeiro: Nordica, 1987.

¹³ NOVAES, 1987.

¹⁴ Título da crônica, in: NOVAES, C. E. O cruzado de direita. Rio de Janeiro: Nordica, 1987.

entraram no ramo do PH (...) hoje, cada brasileiro que venha do exterior só pode trazer, no máximo, cinco metros de papel higiênico”¹⁵.

Uma das marcas que ficaram da década de 1980 no Brasil, foi a do desabastecimento, a população viu sumir das prateleiras bens de necessidade básica, faltava tudo, desde o feijão e arroz indispensável na mesa dos brasileiros, aos bens de luxo. Com o intuito de manter o abastecimento, mesmo que precário, e controlar os preços de produtos alimentícios controlados, o governo federal determinou que a companhia brasileira de abastecimento – COBAL – passasse a vender alimentos diretamente ao consumidor final em áreas de risco, como cidades do interior e bairros mais periféricos. Surge neste momento o caminhão da COBAL, imagem de uma época onde a falta de produtos nas prateleiras era comum no Brasil.

A crônica anterior demonstra bem o sentimento da população em relação a este desabastecimento, o horror manifesto do medo de faltar até papel higiênico e a sátira com o mercado negro, onde muitos produtos essenciais eram vendidos com ágio. É possível notar nesta crônica também, o quanto a fiscalização por parte do governo era falha, e como isto instituiu um mercado totalmente informal.

Em 1987, o Plano Cruzado foi substituído pelo Plano Bresser, cuja principal meta era o controle do déficit público, com corte de gastos e congelamento dos preços e do salário para fazer reajustes, mas acabou fracassando e a inflação atingiu aumento de cerca de 370% ainda no final do mesmo ano.

v O verdadeiro plano¹⁶

“Em 15 de fevereiro Funaro apresentou um plano. O plano visava estabelecer o caos na economia brasileira. Uma confusão tão grande, esclareceu o ministro, que no máximo em 12 meses as pessoas estarão pedindo a saída do Sarney e a volta dos governos militares (...) - Congelaremos todos os preços! (...) Como? Quando? De que jeito? Não é possível! Não se congelam preços numa economia de mercado! E a lei da procura e da oferta? Não vai dar certo (...) O plano foi lançado debaixo de grande euforia nacional (tudo como estava previsto). Não demorou muito, surgiu o primeiro problema: a carne de boi sumiu do mercado (...) Vários outros produtos seguiram o caminho do boi e desapareceram do mercado (...) Sarney já não aguentava mais de tanta popularidade (...) Irritou-se com o resultado que atribuiu a ingenuidade do nosso povo sempre acreditando em tudo o que se diz (...) O plano II foi um sucesso. Funaro caprichou: elevou os preços, demitiu gente, manipulou o índice da inflação, tudo na base de decretos-leis”¹⁷.

Após o Plano Cruzado, a economia brasileira passou por um desaquecimento, com queda do salário médio real. As contas externas continuavam a apresentar comportamento preocupante, impedindo a definição de regras estáveis para o serviço da dívida com os bancos e instituições internacionais. O setor privado era atingido por uma aguda crise financeira, que levou as empresas a um número recorde de concordatas e

¹⁵ NOVAES, 1987.

¹⁶ Título da crônica, in: NOVAES, C. E. O cruzado de direita. Rio de Janeiro: Nordica, 1987.

¹⁷ NOVAES, 1987.

falências. O setor público encontrava-se desorganizado por conta da crise fiscal, gerando graves problemas políticos e sociais em diversas partes do País.

A inflação voltou, mas, como os mecanismos institucionais de indexação¹⁸ que permitiam à economia de certa forma conviver com ela haviam sido desativados pelo Cruzado, a situação se tornou muito mais crítica do que antes. Não que não houvesse indexação, mas havia de forma caótica e não institucionalizada.

Novos planos de estabilização, com características similares às do Cruzado, foram adotados. A fundamentação para esses planos também se encontrava nas teorias de inflação inercial. A última tentativa do governo Sarney, em 1989, foi o Plano Verão, que seguia a mesma linha de atuação e também fracassou, causando enorme desajuste nas cadernetas de poupança. Os reflexos desses problemas duraram até o início dos anos 1990, sendo solucionado apenas com a estabilização do Plano Real, já em 1994, por Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco.

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: editora UNESP, IE - Unicamp, 2002.

BARBOSA, F. H. **A Indexação dos Ativos Financeiros: A Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV,EPGE, 2010.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FRANCO, G. H. B.; FARNAM, H W. **Shakespeare e a Economia**. [tradução do texto de Farnam por Pedro Maia Soares e dos trechos da obra de Shakespeare por Barbara Heliadora]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, E. A. A crônica na ordem do dia: relações entre realidade, história atualidade e ficção em O quase de Luis Fernando Veríssimo. **Revista Urutágua**. nº 07, ago/set/out/nov, Maringá, 2004.

LOPES, F. L. P. **O Choque Heterodoxo; combate à inflação e reforma monetária**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

NOVAES, C. E. **Democracia à vista!** 3ª ed. Rio de Janeiro: Nordica, 1981.

NOVAES, C. E. **Crônica de uma brisa eleitoral**. Rio de Janeiro: Nordica, 1983.

NOVAES, C. E. **O cruzado de direita**. Rio de Janeiro: Nordica, 1987.

¹⁸ Para maiores esclarecimentos ver BARBOSA, 2010.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 5ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

NUNES, L. D. **Correção monetária e tensões sociais no Brasil contemporâneo (1963-1974)**. <http://www.sep.org.br/upload/article/2300/2349a.pdf>, acesso em 25/07/2013.

A economia em Machado de Assis - O olhar oblíquo do acionista http://www.economia.puc-rio.br/gfranco/MDA_sumario_cap1.pdf, acesso em 10/09/2013.

A economia em Pessoa - Verbetes contemporâneos e ensaios empresariais do poeta <http://www.zahar.com.br/sites/default/files/arquivos//t1160.pdf>, acesso em 10/09/2013.

Carlos Eduardo Novaes- Biografia. http://www.releituras.com/cenovaes_menu.asp, acesso em 15/07/2014.

VIZENTINI, P. F. **Os trinta anos da Guerra do Yom Kipur e do choque petrolífero**. http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_133.htm, acesso em 20/10/2013.